

# PREFÁCIO

*Renata Motta*  
*Diego Bevilaqua*

**O**s 50 anos da Mesa-Redonda de Santiago do Chile nos convidam a revisitar esse momento referencial para a Museologia latino-americana, e nada mais oportuno do que o diálogo proposto no seminário organizado pela Casa de Oswaldo Cruz em setembro de 2022 articulando vozes importantes do campo museal brasileiro. Nos encontros que têm ocorrido sobre o tema desde maio de 2022, os principais pressupostos da Mesa de Santiago têm sido retomados, em especial, o foco na função social dos museus e no conceito de museu integral. Tem sido muito interessante pensar o hoje a partir desse arco

temporal de meio século, com os desafios impostos pelo pós-Covid e por um mundo em mudança.

Há uma relevância e uma contemporaneidade muito grandes em revisitar as resoluções e diretrizes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972 a partir das questões que iluminam nosso contexto regional atual. As transformações urbanas na região, que resultam na complexidade da organização geográfica social em toda a América Latina. As desigualdades sociais, que infelizmente também são uma marca do continente. A necessidade de romper com os modelos tradicionais de Museologia, que não atendem a essas questões, e pensar em uma Museologia latino-americana.

Um dos temas presente nos debates de 1972 remete às transformações e aos impactos pelos quais a sociedade latino-americana passava a partir de um rápido desenvolvimento científico e tecnológico. Em resposta às transformações sociais decorrentes desse processo de aceleração, devemos repensar nossos museus dedicados à ciência e tecnologia, mas também avaliar o impacto que essas transformações trazem para todos os museus, por entender que são processos indissociáveis das outras formas de conhecimento. Em um momento em que buscamos entender o papel dos museus em um mundo que ainda se recupera da pandemia de Covid-19, essas reflexões parecem necessárias e centrais.

Vivemos em um momento de crises estruturais e profundas, ligadas às emergências climáticas, ao crescimento global do autoritarismo, aos negacionismos, à incapacidade de o atual modelo econômico responder às enormes desigualdades sociais. A solução para essas crises pode ser construída apenas por um olhar local integrado à conjuntura global. Cabe lembrar que a própria

Mesa-Redonda de Santiago foi organizada dentro de uma perspectiva de preparação do campo de museus para uma participação na Conferência de Estocolmo, que aconteceria também em 1972. A Conferência de Estocolmo é considerada a origem a uma série de reuniões globais com o objetivo de tratar da relação entre o ser humano e o ambiente. A perspectiva de se compreender de que forma o campo de museus poderia contribuir para esse debate era uma questão naquele momento e continua em pauta ainda hoje.

No ano da Mesa de Santiago, 1972, vivíamos sob regimes de exceção democrática, ditadura militar no Brasil e em diversos países da América Latina. Nesse arco temporal de 50 anos, as raízes autoritárias e violentas da sociedade brasileira se fizeram presentes de maneira mais ou menos visível e reapareceram de forma perturbadora recentemente. Sem deixar de lembrar que a atual crise da democracia não ocorre somente no Brasil, ao contrário, é visível em diferentes países e continentes.

Também devemos acentuar o crescimento da desigualdade e da fome no contexto de fragilização da democracia brasileira. Hoje temos 33 milhões de pessoas no Brasil que estão passando fome e mais da metade da população brasileira em situação de insegurança alimentar em algum nível. De 10 famílias, apenas 4 possuem acesso total à alimentação.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Em 2023, na ocasião da publicação deste livro, positivos ventos de mudança já sopram em relação ao momento em que esse prefácio foi escrito. Em particular, cabe destacar a importante reconstrução do Ministério da Cultura e do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) pelo governo que se inicia, assim como a retomada de diversas outras políticas públicas de cunho social

É urgente que os museus entendam seu papel perante essas crises planetárias, mas também a necessidade de modelos mais inclusivos olhando para novos públicos. A tradição de grande parte dos museus no mundo é elitista e voltada para um público branco e rico, morador dos grandes centros urbanos. A realidade é que, em sua operação, muitos ainda não reconhecem isso como uma questão relevante e central.

O ano de 2022 foi um ano de efemérides no Brasil.

Celebramos os cem anos da Semana de Arte Moderna, o Bicentenário da Independência, e os 30 anos da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92 e, ainda, foi um ano de eleições majoritárias. Foi, também, um ano importante para o Conselho Internacional de Museus (ICOM). Após o impasse e a crise de governança que se sucedeu à última conferência em Quioto, em 2019, recentemente em Praga os membros — dessa que é a maior rede internacional de profissionais de museus — votaram, com grande consenso, a nova definição de museu. À luz da Mesa de Santiago, cabe lembrar que em 1974 o ICOM já incorporava à definição de museu a função de estarmos “a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento”. Diante do contexto econômico e político atual, precisamos avaliar, repensar essa dimensão da função social na nossa ação profissional e institucional.

Vindo de um passado colonial escravocrata, o termo “a serviço” sempre incomoda. Servir, subserviência. Por outro lado, parte significativa dos mais de 3.800 museus existentes no Brasil, tem um modelo institucional colonizado e em grande parte elitista. Nessa perspectiva, esses museus devem em todos os sentidos servir à população,

na sua diversidade social. Desconstruir processos internos para promover transformações externas.

Nessa perspectiva, a nova definição nos diz que:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos.<sup>2</sup>

É importante chamar a atenção para algumas palavras novas. Não são palavras novas para o campo, mas que surgem na definição de museus pela primeira vez. Os museus devem ser acessíveis em todos os sentidos e serem inclusivos, ou seja, acessíveis e inclusivos em uma importante dualidade. Devem fomentar a diversidade e a sustentabilidade, sendo fundamental entender o seu papel na preservação da diversidade cultural. É papel dos museus a partir da nova definição estar atentos a essas dimensões, dentro de um funcionamento ético e com a participação das comunidades. Por fim, os museus devem também compartilhar conhecimentos, não ensinar ou impor a cultura de um determinado grupo sobre outro,

---

<sup>2</sup> A nova definição pode ser encontrada no original em inglês na página do ICOM: <<https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>>, acesso em: 25 abr. 2023. A tradução para o português fornecida aqui é preliminar e está em discussão entre os comitês nacionais do ICOM de língua portuguesa.

mas se aproximar dos conhecimentos locais, respeitar os diferentes saberes.

Para se concluir este processo muito exitoso de uma nova definição houve uma importante participação latino-americana. Essa participação não se deu apenas no sentido de formulação de propostas, mas, principalmente na capacidade de criar metodologias e mecanismos para que o mundo, em uma conjuntura pouco favorável aos mecanismos multilaterais, fosse estimulado a dialogar e a chegar a consensos. Foi a condução de dois profissionais de museus da América Latina, um brasileiro, Bruno Brunon e uma costarriquenha, Lauran Bonilla-Merchav, que permitiu a construção de uma metodologia que pudesse dialogar com mais de 45 mil pessoas no mundo, em 138 países com suas diferentes línguas.

Articulado pelo ICOM Brasil (comitê nacional do ICOM), nosso país teve uma participação muito importante no processo. Foi a nação com maior participação nas consultas prévias realizadas como parte da construção da nova definição. É fato que alguns termos que a comunidade museal brasileira elencou e gostaria que tivessem entrado na nova formulação, acabaram ausentes da redação final. Mesmo assim, esse processo serviu para que o campo também pudesse repensar nacionalmente essas questões. Palavras como “antirracista” reconhece a urgência de trazer para a pauta dos museus o racismo estrutural e os seus caminhos históricos, assim como identificar as práticas que ajudam a mitigar e combater essa situação. O “bem-viver” foi outra palavra proposta pelo comitê brasileiro, que tem origem nos povos originários da América Latina. Entre os termos escolhidos nesse processo de consulta, também estavam presentes

“decolonial”, “democrático”, “direitos humanos”, e finalmente, “território”.

O debate e a urgência destes compromissos estão postos. Mas como avançarmos com efetividade? Em 1977, a museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri já indicava que os museus brasileiros apresentavam uma mentalidade colonizada, de padrões europeus, e que os elementos impeditivos para a sua plena efetivação como agentes de modernização seriam o foco nas exposições em detrimento das atividades educacionais e culturais, bem como a ausência de uma infraestrutura administrativa e de recursos financeiros e humanos suficientes e flexíveis.

Waldisa continuava — em diálogo direto com o conceito de museu integral — indicando que faltava entendermos o museu como um processo, isto é, uma instituição voltada para o público, inserida em estruturas sociais complexas. A compreensão do funcionamento dessas estruturas seria condição inicial para o eventual cumprimento de qualquer função socialmente válida. Um museu processo calcado na realidade nacional e nas várias realidades regionais, para que eles possam se viabilizar como preservadores da memória e inspiradores da mudança. Um museu processo em que preservação, pesquisa e comunicação museológica são compreendidos em visão única e sistêmica, sem excluir a imaginação e a sensibilidade humanas.

Na avaliação necessária sobre a função social dos museus que a Mesa de Santiago nos deixou como legado, devemos repactuar compromissos em diálogo com as nossas comunidades. A função social se constrói a partir da prática cotidiana e estruturada em ações internas e externas. Os museus integram a sociedade e suas comunidades e devem ser recursos ativos nos territórios em que

estão localizados, para e com as comunidades. Museus processos; museus em processo com presença ativa na vida social e política. Na atual situação de fome que ainda vivenciamos no Brasil, devemos acolher os vulneráveis em articulação com serviços sociais, garantindo direitos sociais e culturais. Na democracia em risco, devemos promover espaços seguros para os debates, abandonando o conforto da neutralidade institucional. Os 50 anos que celebramos trazem essa possibilidade de atualizarmos o pensamento, com olhar no aqui e agora, e para as gerações futuras.